

O que as pesquisas científicas discutem sobre a interface entre local de habitação e crimes contra os profissionais da Segurança Pública

Aldinei Borges de Almeida ⁱ

Polícia Militar do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil

Rafael Flexa Pimentel ⁱⁱ

Senado Federal, Brasília, DF, Brasil

Valena Cristina Corrêa Nascimento ⁱⁱⁱ

Instituto de Administração Penitenciária, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

Este artigo visa abordar a temática “O que as pesquisas científicas discutem sobre a interface entre local de habitação e crimes contra os profissionais da segurança pública”, o qual busca analisar as produções científicas publicadas na base de dados on line, tais como Biblioteca Eletrônica Científica (SCIELO), Portal Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), na base da Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades entre outras, sobre os seguintes descritores: urbanização, habitação, segurança pública e políticas públicas. Tal pesquisa de natureza básica, de acordo com seus procedimentos pautou-se em uma revisão bibliográfica dos documentos encontrados nessas plataformas, com uma abordagem qualitativa, e com objetivos descritivos das características do objeto que está sendo estudado, buscando proporcionar uma nova visão sobre essa realidade já existente. Assim, mesmo com carência de material relacionado à temática, foi possível considerar que existe influência da relação habitação e crimes contra profissionais da segurança pública, principalmente pelo processo histórico de ocupação das cidades.

Palavras-chave: Urbanização. Habitação. Segurança pública. Políticas Públicas.

What scientific research discusses about the interface between housing and crimes against Public Security professionals

Abstract

This article aims to address the theme "What scientific research discusses about the interface between housing and crimes against public security professionals", which seeks to analyze the scientific production published in the online database, such as the Scientific Electronic Library (SCIELO), Portal Periódicos CAPES, Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations (BDTD), based on the Journal Educative Practices, Memories and Oralities, among others, on the following descriptors: urbanization, housing, public safety and public policies. Such research of a basic nature, according to its procedures, was based on a



bibliographical review of the documents found on these platforms, with a qualitative approach, and with descriptive objectives of the characteristics of the object being studied, seeking to provide a new view of this reality already existing. Thus, even with a lack of material related to the subject, it was possible to consider that there is an influence of the relationship between housing and crimes against public security professionals, mainly due to the historical process of occupation of cities.

Keywords: Urbanization. Housing. Public security. Public policy.

1 Introdução

As consideráveis mudanças quanto à dinâmica de ocupação do espaço no sentido mundial e nacional, também afetou a mobilização urbana no Estado do Amapá, em especial na capital amapaense, originando bairros ou invasões periféricas para suportar a latente expansão populacional, de forma abrupta, e anômala. Ocorre que, a reboque desse crescimento vieram diversos problemas sociais, dentre os quais, o aumento expressivo de organizações criminosas, fazendo com que diversos crimes sejam mais comuns em determinadas áreas, normalmente nas áreas mais afastadas do centro urbano (segundo base estatística da SEJUSP/AP), o que tem ensejado toda sorte de delitos contra as mais diversas pessoas, dentre as quais os profissionais de segurança pública que passam a ser alvos em potencial, em face de sua respectiva condição de enfrentadores do crime.

Nesse cenário justifica-se essa pesquisa como instrumento científico para abalzar a edição de políticas públicas habitacionais voltadas para os profissionais do sistema de segurança pública do Estado do Amapá.

Sobre o tema em estudo, no tocante aos autores que abordam tal temática, ao se pesquisar junto à plataforma Scielo, pôde-se obter 38 (trinta e oito) resultados, com descritores “urbanização”, “habitação” “segurança pública” e “políticas pública”, dos quais foram considerados apenas 09 (nove) arquivos, pois somente o conteúdo destes apresentaram relação com a temática pesquisada.

Na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD) foram utilizados os mesmos, obtendo-se 18 (dezoito) resultados, dos quais 3 resultados





relacionados diretamente à política para os servidores da segurança pública e nenhum resultado nos periódicos da Capes, uma vez que existe escassez diretamente ligada ao tema.

Na base da Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, obtivemos apenas um artigo com a pesquisa “Habitação”, correlato à temática, porém quando se trata da pesquisa de temas como crimes contra policiais, não foram encontrados resultados.

Para tanto, analisou-se historicamente o processo de urbanização das cidades, a situação do direito à moradia e esta relacionadas aos profissionais da segurança pública.

Observa-se que há escassez de materiais para abordagem do tema, principalmente relacionadas ao Amapá. Dessa maneira, ressalta-se a necessidade de que o tema seja mais explorado, levando em consideração a importância do mesmo para melhor esclarecimento e conhecimento sobre a influência do local de habitação dos profissionais da segurança pública e crimes contra eles.

2 Metodologia

Pretende-se desenvolver uma pesquisa cujo tema discorre sobre “O que as pesquisas científicas discutem sobre a interface entre local de habitação e crimes contra os profissionais da segurança pública”. Para a pesquisa científica normalmente se faz a busca de referências em artigos, livros científicos textos atualizadas e a partir daí há uma mapeamento do que existe sobre a temática. Podendo obedecer a alguns critérios, como quanto à sua natureza, sua abordagem, seus objetivos e aos seus procedimentos metodológicos.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é básica, por se tratar de produzir conhecimentos para o avanço das ciências. Segundo Appolinário (2011, p. 146), a pesquisa básica tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.



De acordo com a abordagem é qualitativa, por estudar subjetivamente fenômenos sociais e comportamentos humanos, não se aplicando procedimentos quantificáveis. Sobre tão aceção, Rodrigues e Limena (2006, p. 90) definem a abordagem qualitativa do seguinte modo

4

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.

Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, tendo por objetivo descrever as características do objeto que está sendo estudado e proporcionar uma nova visão sobre essa realidade já existente. Na pesquisa descritiva o pesquisador, de acordo com Appolinário (2011, p. 147), se limita a “*descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas*”.

De acordo com os procedimentos metodológicos é uma pesquisa bibliográfica. Descrita por Severino (2007, p. 122), como

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Corroborando com os procedimentos adotados, Gil (2002, p. 44), sobre pesquisa bibliográfica aponta que

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

3 Resultados e Discussão

Na base SciELO, os seguintes trabalhos foram relevantes para a temática, gerando os seguintes resultados:

Quadro 1 – Artigos da SciELO

Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
1	Instrumento WHOQOL-100 e políticas públicas: avaliação da qualidade de vida da população alvo de política habitacional.	CARVALHO, Beatriz Ferreira de. Et al	Saúde e Sociedade. 2021. V. 30, n. 2
2	Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil	SOUZA, Edinilsa Ramos de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. SILVA, Juliana Guimarães. PIRES, Thiago de Oliveira.	Cad. Saúde Pública 28 (7) • Jul 2012
3	Programas habitacionais destinados a servidores da área de segurança pública: o programa de habitação da Polícia Militar do Ceará.	SILVA, Izaias Ferreira da.	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/37201
4	Programa habitacional para os servidores militares: o direito à moradia na perspectiva econômica e social.	PEREIRA, Itamar Lini.	http://monografias.fjp.mg.gov.br/
5	Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras	MARICATO, ERMÍNIA	São Paulo em perspectiva, 14(4) 2000
6	Políticas públicas de segurança e a questão policial	FILHO, Cláudio C. Beato.	São Paulo em perspectiva, 13(4) 1999.
7	Dimensão metropolitana da política habitacional	NASCIMENTO NETO, Paulo. MOREIRA, Tomás.	Mercator, Fortaleza, v. 16, e16027, 2017.
8	Habitação de interesse social	BUONFIGLIO, Leda Velloso.	Mercator, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018.
9	Políticas Públicas e suas pós-vidas: merecimento e cidadania habitacional no Brasil da mobilidade social.	KOPPER, Moisés	Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2019, v. 34, n. 99

Fonte: <https://www.scielo.org/>

Quadro 2 – Artigos - Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações

Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
1	O risco não cessa quando o turno termina: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço	DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha.	https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br
2	Violência letal, renda e desigualdade no Brasil	CANO, Ignacio. SANTOS, Nilton.	Atlas da Violência 2020 - IPEA
3	Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a	SILVA, Juliana Guimarães.	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.



Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
	consequência fatal da violência		Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2014.

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/>

Na base Periódicos Capes, não obtivemos artigos que se voltasse para a temática com os descritores habitação e crimes contra policiais.

6

Quadro 3 – Artigos - Práticas Educativas, Memórias e Oralidades

Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
1	Um estudo sobre a pobreza multidimensional no Estado do Ceará no período de 2005 a 2015	CAETANO, Y. D.; CASTRO, M. de S.	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Rev. Pemo, v. 3, n. 3, p. e337171, 2021.

Fonte:

Na base de artigos digitais da Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, obtivemos apenas um artigo com a pesquisa “Habitação”, cujo é correlato à temática.

3.1 Processo de urbanização

O processo de urbanização ocorre desde o período pré-histórico, mas estava diretamente relacionado ao homem do campo, em virtude da dependência deste para a sua sobrevivência. A partir do século XVIII, esse processo foi intensificado pelo advento do capitalismo, gerando uma inversão estrutural, onde o campo passou a depender das cidades, pois era no meio delas que as relações econômicos-sociais passaram a ter mais ênfase.

Dentro do contexto capitalista, em meados do século XX a indústria ganhou mais forças, tornando as cidades predominantemente urbanas, em detrimento da quantidade de empregos e das moradias oferecidas, muito embora ainda tivesse condições precárias se comparadas às moradias atuais. Corroborando também com a expulsão do homem do campo para as cidades, houve a modernização do campo, a substituição do mesmo por máquinas, além da concentração fundiária, isto é, as terras passaram a ter poucos donos (latifundiários).



Dessa forma, a concentração da população passou a ser nas metrópoles, ocorrendo o fenômeno chamado de metropolização, onde a rápida urbanização, não é acompanhada pela absorção populacional, gerando um intenso processo de favelização e moradias irregulares, em geral, com baixa ou nenhuma infraestrutura. Infelizmente, esse fenômeno é mundial, trazendo consigo diversos problemas de cunho social, ambiental, cultural, climático, de saúde pública, entre outros.

A urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, vem contrariando aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização. As características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras, e os arquitetos e planejadores urbanos não têm conhecimento acumulado nem experiência para lidar com elas. A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que devem partir do conhecimento da realidade empírica para evitar a formulação das "idéias fora do lugar" tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2000, p. 21)

Dentre os problemas sociais gerados pela rápida e intensa urbanização, o fator violência ganha um aporte maior, uma vez que a verificação que aqui se faz, trata-se se o lugar de moradia é influenciador ou não para o cometimento de crimes contra os profissionais da segurança pública.

Sobre a violência, com a urbanização das metrópoles, passou a ter índices cada vez mais expressivos.

Um dos indicadores mais expressivos e definitivos da piora nas condições de vida urbana é o aumento da violência a níveis antes nunca vividos pelas metrópoles brasileiras. A taxa nacional de homicídios (número de homicídios para cada 100 mil habitantes) no final dos anos 90 é de 24,10, mas em São Paulo e no Rio de Janeiro ela é mais do que o dobro. Em 1998, a taxa de São Paulo era de 59, e a do Rio de Janeiro estava em 56. O aumento da violência está relacionado de maneira intrínseca às metrópoles. É a principal causa de morte de homens com idades entre 10 e 38 anos e j. começa a afetar a expectativa de vida ao nascer da população masculina brasileira (Fundação Seade). No Rio de Janeiro, a esperança de vida ao nascer sempre foi maior do que na região nordestina, mas a quantidade de mortes por assassinato nesse Estado faz com que ambos os índices se aproximem: entre 1990 e 1995 a expectativa de vida de um homem brasileiro médio era de 63,61 anos; no nordeste era de 61,16 e no Rio de Janeiro ficou em 61,51 anos (SIMÕES APUD MARICATO, 2000, p. 27).



Se há 20 anos os índices estavam nessa proporção, atualmente, de acordo o Atlas da Violência 2020, da IPEA, foram 57.956 homicídios em 2018, havendo uma queda de 12% comparado à 2017, apontando a taxa de 27,8% a cada 100 mil habitantes. Os fatores dessa queda apontam a tendência de mudança demográfica (envelhecimento população), estatuto do desarmamento (que freou violência armada do país) e a disseminação de políticas qualificadas de segurança pública. Entretanto, cidades que mais tiveram aumento nesses homicídios então no Norte e Nordeste do país, principalmente por guerra de facções. No Portal G1, noticiou-se que após aumento nos crimes violentos em 2020, o país volta a ter uma diminuição dos homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte nos três primeiros meses de 2021. Apenas cinco estados contabilizam alta nas mortes três no Nordeste (Maranhão, Paraíba e Piauí) e dois no Norte (Pará e Roraima).

A forte influência da urbanização sobre a violência letal, confirmada tanto no nível interestadual quanto no intermunicipal, se ajusta à tradicional noção sociológica de que o controle social é muito mais poderoso nas áreas rurais do que nos ambientes urbanos. O controle social informal em particular é intenso nas pequenas comunidades onde as pessoas se conhecem e o desvio social é imediatamente detectado e estigmatizado. Por outro lado, o anonimato urbano diminui o controle social e aumenta a impunidade. Essa explicação é mais sólida quando se comparam cidades menores com cidades grandes, mas não pode ser usada tão facilmente para explicar diferenças entre municipalidades em áreas geográficas onde há grande mobilidade (por exemplo, áreas metropolitanas). (CANO E SANTOS, 2021, p. 5/7).

Duarte (2019, p. 3) em seus estudos acerca da vitimização dos profissionais de segurança pública, relata que em 2015, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou que dos 10.323 profissionais de segurança pública de todo o Brasil pesquisados, mais da metade (67,7%) possuem temor alto ou muito alto de ser vítima de homicídio em serviço e ainda 68,4 % afirmaram temor alto ou muito alto de ser vítima fora do serviço, ou seja, 38,4% acreditam que correm riscos de ser morto em serviço, 29,6% em sua folga e 30,8% não fazem diferença entre os riscos.

Segue ainda descrevendo a falta de trabalhos científicos que contemplem segurança pública e o trabalho policial, destacando alguns autores como Melo et al.





(1998), Minayo (2005) e Mynaio e Adorno (2013) que criticam essa escassez de estudos sobre a temática.

Sobre as mortes de policiais, Mello apud Duarte (2019, p. 5) ressalta os fatores preponderantes para esses acontecimentos.

Profissionais de segurança pública, em sua maioria policiais militares, morrem todos os anos em decorrência das mais diversas causas. Alguns deles, atuando durante o serviço, por meio da utilização de técnicas inadequadas ou expondo-se além do que foi ensinado nos centros de formação ou academias, tombam em confrontos com cidadãos infratores da lei; outros são vítimas de acidentes de trânsito; alguns são surpreendidos durante a execução de atividade extra remunerada para complemento da renda; há os que no momento de uma abordagem criminosa, são identificados como policiais e conseqüentemente mortos; tem-se aqueles que, mesmo estando sozinhos, ao depararem-se com uma ocorrência criminosa, tomados pelo ethos guerreiro forjado moldada desde a fase de formação profissional, se envolvem e acabam se tornando vítimas.

Acerca da temática que trata da habitação, não há evidências, mas não se pode descartar que tais abordagens criminosas possam ser a suas residências ou proximidades.

3.2 O direito à moradia

O processo de ocupação dos espaços foi demasiadamente rápido e desordenado, e quando as populações chegaram às cidades, esse direito não foi garantido através de políticas públicas, mesmo fundamentado na Constituição Federal, em seu artigo 6º, que diz “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a proteção, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O objetivo das políticas sociais é garantir o bem-estar dos cidadãos, garantindo seus direitos constitucionais, sendo a habitação um fator determinante na saúde dos indivíduos e das populações (CARVALHO ET AL, 2021, p. 21)

Segundo Silva (2015, p. 11) são vários os fatores que impedem a realização do sonho da casa própria, dentre eles, destacam-se:





o alto preço dos imóveis, que inviabiliza sua aquisição para a grande maioria da população brasileira; o poder público, com políticas públicas habitacionais que, embora seu objetivo seja atingir todas as pessoas, acaba sendo setorial, por abranger somente uma camada da população que tem condições de pagar a prestação da casa; o fato de haver mitos em torno dos financiamentos atualmente oferecidos e o tempo longo de prestação. Enfim, fatores que impedem pessoas de terem sua própria morada.

10

O setor de habitação, por si só, é um possível redutor da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população brasileira, entretanto, na atualidade é um dos fatores que aceleram o quadro de violência, tanto relacionado aos que não possuem moradia ou aquelas que estão localizadas em áreas periféricas, uma vez que as moradias em áreas mais nobres ou valorizadas utilizam diversos recursos para proteção e guarda de seus bens patrimoniais, ou seja, o fator moradia também acentua as desigualdades sociais existentes, em especial, à violência.

A desigualdade urbana está implícita na pobreza urbana, mas não há índices para medi-la com precisão. Além disso, a desigualdade apresenta um problema particularmente sério em relação a unidade de análise. É possível defender que a pobreza tem um impacto sobre a violência letal que não depende tanto da unidade de análise. Os indivíduos pobres teriam maior chance de cometer ou sofrer homicídio. (CANO E SANTOS, 2021, p. 6/7)

Segundo Caetano e Castro (2021, p. 2-3), a pobreza passou a ter um conceito multidimensional, se antes era vista como unilateralmente dentro do aspecto econômico, a partir de 1995, essa perspectiva traz consigo várias vertentes que perpassam pelo âmbito cultural, social, afetivo, habitacional, na área da saúde, educação, entre outros, que margeiam a complexidade deste conceito, abrindo espaço para novas explorações, bem como para definir políticas públicas que melhor subsidiem seus impactos e seu enfrentamento.

3.3 Profissionais da segurança pública e moradia

Para ingressar nas fileiras da corporação, o policial terá várias barreiras serem transpostas: a aprovação no concurso, o curso de formação, o estágio probatório, com o objetivo de preservar a lei, a ordem, a paz e a vida. Não existe discriminação para essa





entrada, podem ser pessoas de qualquer classe social. Entretanto, os riscos são bem maiores que qualquer outra profissão, principalmente pelo fato dos índices da criminalidade serem altos, e sua função é manter o bem-estar social.

Em 2017, de acordo com o Jornal Extra, 40% dos policiais mortos no Rio de Janeiro, foram por emboscadas da bandidagem e mesmo em condições adversas (salários baixos, armamento defasados, riscos constantes de vida, estresse, problema de saúde, entre outros), a grande maioria dos policiais realizam dignamente seu ofício e se dispõem em defender e manter a sociedade em segurança.

Em uma pesquisa realizada com os policiais militares do Rio de Janeiro, Souza et al (2012, p. 1299), com objetivo de estudar a qualidade de vida e as condições de saúde e de trabalho dos policiais militares, através do bloco de questionário socioeconômico detectou-se que

A maioria dos policiais militares do Rio de Janeiro é do sexo masculino (96,3%), está na faixa etária dos 31 aos 40 anos (43,1%), 48,2% são pardos, e 75,4% são casados. Quanto à situação religiosa, 52,9% informaram que praticam algum tipo de religião. Observou-se ainda que houve predomínio de policiais com escolaridade de 2º grau incompleto e completo (67,8%), embora 27,9% deles possuam ou estejam cursando o nível superior ou pós-graduação. A renda familiar de 31,2% dos policiais militares encontra-se na faixa de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00.

Sobre esses dados, nota-se a baixa remuneração dos policiais do Rio de Janeiro, o que não difere de modo expressivo dos profissionais de segurança de outros estados, ou seja, correm muitos riscos e são pouco valorizados, ocasionando a suscetibilidade no momento em vão estabelecer moradia, pois é o que seus salários podem pagar, uma vez que as áreas periféricas tem um custos menor, porém a ação criminosa é maior, e por vezes, policiais precisam esconder sua profissão, para não serem vítimas de emboscadas, assassinatos e também salvaguardar suas famílias.

Essa percepção é tida principalmente nas grandes cidades, onde o processo de urbanização é mais marcante, e a favelização é ainda maior. Nessas áreas o perigo não é somente para os profissionais da segurança pública, mas para toda a população, em especial a de menor poder aquisitivo.





De fato, uma das formas de se proteger contra o perigo é mudar-se das áreas perigosas para bairros diferentes ou mesmo para outras cidades. O movimento migratório mais simples e aparentemente mais protetor seria sair da cidade e ir para o interior, onde os riscos parecem ser muito menores. No entanto, isso envolve uma mudança radical na maneira de viver, o que faz com que as migrações sejam muito mais prováveis dentro da cidade, ou mesmo entre cidades, do que de uma cidade para o interior. Mudar-se para um bairro “seguro” é muito mais fácil para os indivíduos ricos do que para os pobres. Assim, as áreas urbanas de risco tenderão a concentrar indivíduos que não têm condições de sair delas. (CANO E SANTOS, 2021, p. 6/7)

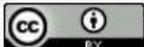
Para reverter essa situação é fundamental estabelecer políticas de segurança pública sejam efetivas e céleres, bem como o tratamento digno aos profissionais de segurança.

A partir desse contexto, alguns programas que buscam garantir esse direito, e no Ceará, em 2003, surge o Programa habitacional (PROHAB) da Polícia Militar do Ceará, com o objetivo de proporcionar aos profissionais da segurança pública sua habitação própria.

Este programa visa à aquisição da casa própria destinado a policiais militares, bombeiros e policiais civis, através de convênios firmados entre a Polícia Militar do Ceará, Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras que atuem junto ao Sistema Financeiro de Habitação, e também em parceria com o PRONASCI, sendo o PROHAB responsável pela avaliação dos projetos imobiliários viáveis para os servidores da segurança pública, levando, em seguida, à apreciação do comando da Corporação. 32 O Programa consiste em comprar imóveis novos que já se encontram à disposição do mercado imobiliário, com todas as informações necessárias para sua obtenção, bem como aquisição de imóveis na planta. Além disso, o programa também trabalha com imóveis usados da preferência do servidor, construção em terreno próprio e até reforma. O público-alvo é basicamente servidores da área de Segurança Pública do Estado do Ceará, em especial aqueles que moram em áreas de risco, visto que, para estes, torna-se mais difícil exercer sua função. Porém, o programa abre espaço para qualquer profissional que queira adquirir a casa própria, e, em alguns casos, para a comunidade civil. (SILVA, 2010, p. 15)

Embora de forma ainda tímida, buscar minimizar, auxiliar e reduzir a demanda por moradia configura-se numa importante ferramenta para os agentes da segurança, pois se trata um obter um lugar que não tenham medo em vestir sua farda, pela realização pessoal e também pela tranquilidade gerada pelo status profissional.

No Amapá, que não faz parte de um grande centro urbano, mas concentra a maior parte da população em Macapá e Santana, a realidade mostra-se diferente,





mesmo não tendo informações literárias acerca desse tema, e partindo das impressões observadas, os profissionais de segurança têm a liberdade de andarem fardados em via pública para sua locomoção (em seus carros, motos, ônibus locais e interestaduais, etc); moram em locais mais distantes e também nas áreas mais centrais, não se observam emboscadas por conta da profissão, nem tampouco a necessidade de se manterem escondidos. Obviamente, que todas as precauções devem ser tomadas contra a criminalidade, porém o fator profissional não é determinante para isso. Aliás, nota-se “um certo” respeito por esses profissionais, por se terem baixas investidas contra eles.

4 Considerações finais

Analisando as produções científicas publicadas na base de dados on line, tais como Biblioteca Eletrônica Científica (SCIELO), Portal Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, entre outras, a fim de inferir sobre o que as pesquisas científicas discutem sobre a interface entre local de habitação e crimes contra os profissionais da segurança pública, partindo dos seguintes descritores: urbanização, habitação, segurança pública e políticas públicas, pode-se concluir que há correlações entre eles, entretanto, necessita-se de um leque maior de referências bibliográficas para uma melhor análise, em especial no tocante ao Estado do Amapá.

Ressalta-se também que são vários fatores trazidos pela desordenada ocupação dos espaços das cidades que influenciam diretamente no direito à moradia, impedindo que a muitas pessoas tenham um local apropriado para construir seu lar, gerando vulnerabilidades, e os profissionais da segurança não estão livres de tais situações.

Cabe também lembrar que preocupados com essa questão alguns estados estabeleceram programas de habitação para os profissionais da segurança pública o que traz benefícios no sentido de segurança pessoal e saúde mental.

Referências

Rev.Pemo, Fortaleza, v. 4, e46722, 2022
DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.6722>
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>
ISSN: 2675-519X



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.



APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BUONFIGLIO, L. V. Habitação de interesse social. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17004>. Acesso em: 07.07.2021.

CAETANO, Y. D.; CASTRO, M. de S. Um estudo sobre a pobreza multidimensional no Estado do Ceará no período de 2005 a 2015. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Rev. Pemo**, v. 3, n. 3, p. e337171, 2021.

DOI:<https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.7171>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>. Acessado em: 11.11.2021.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/208/Viol%C3%Aancia%20letal,%20renda%20e%20desigualdade%20no%20Brasil>. Acessado em: 07.07.2021.

CARVALHO, Beatriz Ferreira de et al. Instrumento WHOQOL-100 e políticas públicas: avaliação da qualidade de vida de população alvo de política habitacional. **Saúde e Sociedade [online]**. 2021, v. 30, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200324>. Acesso em: 07.07.2021.

DUARTE, E. N. P. M. **O risco não cessa quando o turno termina**: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço. 2019. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2017/201705%20-%20DUARTE.pdf. Acesso em: 07.07.2021.

BEATO FILHO, C. C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em perspectiva**, v.13, n.4, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400003>. Acesso em: 07.07.2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Infográfico - **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>. Acessado em: 07.07.2021.

KOPPER, M. Políticas Públicas e suas pós-vidas: merecimento e cidadania habitacional no Brasil da mobilidade social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20 v. 34, n. 99, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/349913/2019>. Acesso em: 07.07.2021.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v.14, n.4, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>. Acessado em: 07.07.2021.





NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. Dimensão metropolitana da política habitacional. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16027, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16027>. Acesso em: 07.07.2021.

PEREIRA, I. L. **Programa habitacional para os servidores militares: o direito à moradia na perspectiva econômica e social**. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/1765/1/Programa%20habitacional%20para%20os%20servidores%20militares%20-%20o%20direito%20%C3%A0%20moradia%20na%20perspectiva%20econ%C3%B4mica%20social.pdf>. Acesso em: 07.07.2021.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, I. F. da. **Programas habitacionais destinados a servidores da área de segurança pública: o programa de habitação da Polícia Militar do Ceará**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/37201>. Acesso em: 07.07.2021.

SILVA, J. G. e. **Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência**. 2014. 141 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S.; SILVA, J; GUIMARÃES PIRES, T. de O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** v.28, n.7, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008>. Acesso em: 07.07.2021.

ⁱ **Aldinei Borges de Almeida**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4834-0878>

Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP)

Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Oficial de Polícia Militar. Bacharel em Ciências da Defesa Social. Professor convidado dos Cursos de Formação, Aperfeiçoamento do Centro de Formação da Polícia Militar do Amapá.

Contribuição de autoria: Sugeriu a ideia que se converteu no referido trabalho, estruturou e coordenou o método de trabalho, escreveu o manuscrito.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8973628823234124>

E-mail: oficialaldinei@gmail.com

ⁱⁱ **Rafael Flexa Pimentel**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8566-9859>





Senado Federal (Brasília-DF)

Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel em Direito.

Contribuição de autoria: produziu a introdução, resumo e análise de parte dos resultados da revisão bibliográfica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0347057839007333>

E-mail: rafaelpimentel220@gmail.com

iii **Valena Cristina Corrêa Nascimento**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3726-0060>

Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN-AP)

Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Policial Penal. Bacharel em Administração.

Contribuição de autoria: realizou pesquisa junto às plataformas, Scielo, BDTD, Capes, além de que realizou análise de parte dos resultados da revisão bibliográfica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3520589372715434>

E-mail: valenanascimento@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Gercilene Oliveira de Lima

Como citar este artigo (ABNT):

ALMEIDA, Aldinei Borges de; PIMENTEL, Rafael Flexa; NASCIMENTO, Valena Cristina Corrêa. O que as pesquisas científicas discutem sobre a interface entre local de habitação e crimes contra os profissionais da Segurança Pública. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e46722, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.6722>

Recebido em 04 de agosto de 2021.

Aceito em 06 de janeiro de 2022.

Publicado em 07 de janeiro de 2022.

